



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Informática
Curso de Bacharelado em Engenharia da Computação

AndroidDriller:

Uma ferramenta de mineração de repositórios Android

Aluno: Alberto Vital Santos de Sousa
Orientador: Leopoldo Motta Teixeira

Recife, junho de 2018

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Informática
Curso de Bacharelado em Engenharia da Computação

AndroidDriller:

Uma ferramenta de mineração de repositórios Android

Monografia apresentada ao Centro de Informática (CIn)
da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito
parcial para conclusão do Curso de Engenharia da Computação,
orientada pelo professor Leopoldo Motta Teixeira.

Recife, junho de 2018

Agradecimentos

Resumo

Utilizando ferramentas capazes de minerar dados sobre repositórios, pesquisadores de engenharia de software têm obtido um melhor conhecimento sobre o processo de desenvolvimento de software, em geral. Este trabalho propõe uma ferramenta capaz de minerar repositórios fazendo uso das características comuns de projetos Android para que se possa realizar uma investigação preliminar de como as mudanças acontecem no desenvolvimento de aplicações para a plataforma.

Palavras-chave: Android, Mineração de Repositórios, Sistema de Controle de Versão, Git

Abstract

Software Engineering researchers have been using tools capable of mining data from repositories to get a better understanding about the software development process. This work proposes a tool for mining repositories that uses the common characteristics of Android Projects so we can perform a preliminary investigation about how changes occur in the platform apps development.

Keywords: Android, Repository Mining, Version Control System, Git

Sumário

1	Introdução	4
1.1	Objetivos	4
2	Conceitos Básicos	5
2.1	Android	5
2.1.1	AndroidManifest	6
2.1.2	Activity	7
2.1.3	Broadcast Receiver	7
2.1.4	Content Provider	7
2.1.5	Service	8
2.1.6	Permission	8
2.2	Sistemas de controle de versão	10
2.2.1	Git	10
2.3	Mineração de repositórios	11
2.3.1	RepoDriller	12
3	AndroidDriller	13
3.1	Metodologia	13
3.2	Implementação	13
3.3	Repositórios de Teste	14
3.4	Experimento	15
3.5	Resultados	15
4	Conclusão	16
4.1	Trabalhos Relacionados	16

1 Introdução

Em engenharia de software, a análise de repositórios tem ajudado pesquisadores a obter um melhor conhecimento sobre o processo de desenvolvimento de um software [1]. Com isso, é possível prever bugs e também analisar o padrão de desenvolvimento utilizado pelos colaboradores do projeto. Para tal fim, existem ferramentas capazes de minerar dados sobre repositórios, como por exemplo, o RepoDriller [2].

Ferramentas mais gerais, como o próprio RepoDriller, servem para analisar software em vários domínios. No desenvolvimento de aplicações Android, há diversas particularidades envolvidas. Por exemplo, o arquivo de manifesto contém informações sobre os vários componentes do projeto. Assim, as principais alterações feitas no repositório são refletidas em modificações desse arquivo.

No estudo de repositórios Android, pesquisadores têm usado ferramentas capazes de extrair dados dos arquivos do tipo apk [3], [4] e [5]. Para realizar estudos semelhantes, uma outra abordagem seria utilizar uma ferramenta capaz de minerar os repositórios das aplicações e extrair dados específicos levando em consideração não só o arquivo apk mas também as modificações dos arquivos de manifesto, por exemplo.

1.1 Objetivos

Este trabalho tem por objetivo realizar uma investigação preliminar de como as mudanças acontecem no desenvolvimento de aplicações Android para criar ferramentas de suporte à evolução de aplicativos, e assim, implementar uma ferramenta capaz de minerar estes repositórios, aproveitando-se das características particulares de projetos Android.

2 Conceitos Básicos

Neste capítulo apresentamos conceitos essenciais para a compreensão do trabalho. Na seção 2.1 apresentamos a plataforma Android e seus componentes. Na seção 2.2 explicamos o que são sistemas de controle de versão, destacando o Git. Na seção seguinte comentamos sobre mineração de repositórios, e por fim, ainda na seção 2.3, apresentamos o framework utilizado para desenvolver a ferramenta proposta.

2.1 Android

O sistema operacional Android pode ser definido como uma pilha de software de código aberto desenvolvida para sistemas móveis [6]. A partir desta pilha, programadores são capazes de desenvolver aplicações para dispositivos móveis sem se preocupar com detalhes específicos de hardware, pois a própria plataforma trata essas diferenças em sua API. O fato de Android ter seu código aberto, também permite ao desenvolvedor implementar sua própria versão dos módulos da plataforma caso deseje.

A pilha de software citada acima pode ser dividida em camadas, conforme a figura 1

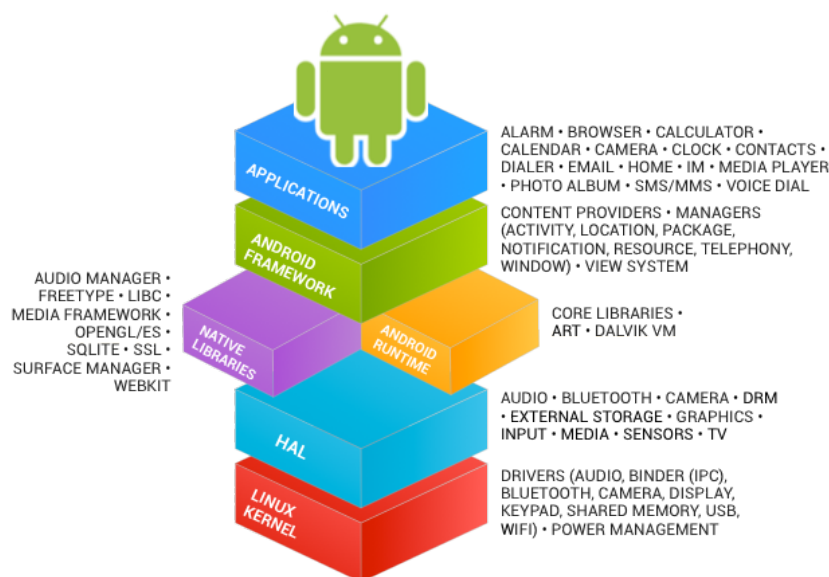


Figura 1: Pilha de software dividida em camadas [6]

Este trabalho propõe uma ferramenta para extrair dados relativos à camada *Applications*, onde estão as aplicações e as principais classes utilizadas pelos desenvolvedores para produzi-las. Mais abaixo trataremos alguns dos principais elementos da plataforma e que são abordados pela ferramenta proposta.

2.1.1 AndroidManifest

É um arquivo XML obrigatório que contém informações sobre os componentes da aplicação. Precisa ser criado com o nome *AndroidManifest.xml*, dessa forma a plataforma é capaz de identificar, dentre outras coisas, qual parte do código implementa a cada uma das entidades que compõem a aplicação. Um exemplo desse arquivo pode ser visto na figura 2.

```
<?xml version="1.0" encoding="utf-8"?>
<manifest xmlns:android="http://schemas.android.com/apk/res/android"
    package="br.ufpe.cin.avss">

    <permission android:name="br.ufpe.cin.avss.PERMISSAO_PODCAST"/>
    <uses-permission android:name="android.permission.INTERNET" />

    <application
        android:allowBackup="true"
        android:icon="@mipmap/ic_launcher"
        android:label="@string/app_name"
        android:roundIcon="@mipmap/ic_launcher_round"
        android:supportsRtl="true"
        android:theme="@style/AppTheme">

        <activity android:name=".ui.MainActivity">
            <intent-filter>
                <action android:name="android.intent.action.MAIN" />

                <category android:name="android.intent.category.LAUNCHER" />
            </intent-filter>
        </activity>
        <activity android:name=".ui.AnotherActivity" />

        <provider
            android:name=".db.PodcastProvider"
            android:authorities="br.ufpe.cin.avss.podcast.feed"
            android:enabled="true"
            android:exported="false" />

        <receiver android:name=".download.BackgroundReceiver">
            <intent-filter>
                <action android:name="android.intent.action.DATA_SMS_RECEIVED_ACTION"/>
            </intent-filter>
        </receiver>

        <service android:name=".player.PodcastPlayer"/>
    </application>
</manifest>
```

Figura 2: Exemplo de arquivo AndroidManifest.xml

2.1.2 Activity

Representa a interface visual de interação com o usuário. No arquivo de manifesto é representada pela tag *activity* e precisa definir o atributo *name*, que é utilizado para identificar a classe que a implementa.

Na figura 2 podemos ver duas activities sendo declaradas, uma delas possui o atributo *name* definido como *br.ufpe.cin.avss.ui.AnotherActivity*.

```
<activity android:name="br.ufpe.cin.avss.ui.AnotherActivity" />
```

Dessa forma, a plataforma espera encontrar no pacote *br.ufpe.cin.avss.ui* a implementação da classe *AnotherActivity* que representará uma das telas da aplicação.

2.1.3 Broadcast Receiver

A plataforma Android utiliza um sistema de eventos similar ao padrão *publish-subscribe*, onde a plataforma (ou outra aplicação) dispara um evento (*broadcast*) e as aplicações registradas para o evento recebem a mensagem correspondente. O componente que recebe estes eventos é conhecido como *broadcast receiver*.

Ao iniciar o dispositivo, o sistema android dispara um evento de *broadcast* chamado de *ON_BOOT_COMPLETE*. Para que a aplicação receba esse e outros eventos semelhantes é necessário implementar uma classe do tipo *Broadcast Receiver* e registrá-la no evento desejado. Para isso, declara-se no manifesto a tag *receiver*, conforme o trecho abaixo, que também pode ser visto na figura 2 onde foi declarado um componente receiver que espera eventos do tipo citado anteriormente.

```
<receiver android:name="br.ufpe.cin.avss.download.BackgroundReceiver">
  <intent-filter>
    <action android:name="android.intent.action.ON_BOOT_COMPLETE"/>
  </intent-filter>
</receiver>
```

2.1.4 Content Provider

Componente responsável por prover uma interface de acesso para outras aplicações aos dados utilizados. Dessa forma, cria-se uma abstração da camada de dados que pode ser utilizada não só por outras aplicações como também pela própria aplicação, conectando os dados em um processo com o código em execução em

outro.

No manifesto é representada pela tag *provider*. Na figura 2 temos um exemplo que foi replicado no trecho abaixo, onde a exemplo da tag *activity*, o atributo *name* define a classe com a implementação correspondente.

```
<provider
    android:name="br.ufpe.cin.avss.db.PodcastProvider"
    android:authorities="br.ufpe.cin.avss.podcast.feed"
    android:permission="br.ufpe.cin.avss.PERMISSAO_PODCAST"
    android:enabled="true"
    android:exported="true" />
```

Ao declarar este elemento é necessário definir o atributo *authorities*, que seguindo a convenção de nomes em Java, identifica o provider declarado.

O atributo *permission* define que para acessar os dados deste receiver, é necessário possuir a permissão *br.ufpe.cin.avss.PERMISSAO_PODCAST*, um elemento que será discutido mais à frente.

2.1.5 Service

Este componente não provê uma interface visual e roda em background. Dessa forma, é utilizado para implementar procedimentos que não necessitam que a aplicação esteja ativa no momento. Em geral, operações mais pesadas como downloads de arquivos e reprodução de áudio são realizadas por estes componentes, uma vez que sua execução não é finalizada mesmo quando o usuário sai da aplicação. No manifesto é declarado com a tag *service*, como pode ser visto no trecho abaixo retirado da figura 2.

```
<service android:name="br.ufpe.cin.avss.player.PodcastPlayer"/>
```

2.1.6 Permission

O sistema de permissões da plataforma Android garante que certas ações só sejam executadas caso o usuário da aplicação conceda o privilégio necessário. Dessa forma, caso uma aplicação deseje ler os contatos do usuário, por exemplo, é necessário declarar a tag *uses-permission* no manifesto com o atributo *name* de valor igual a "android.permission.READ_CONTACTS", conforme pode ser visto na figura 2.

```
<uses-permission android:name="android.permission.READ_CONTACTS"/>
```

As permissões podem ser classificadas em:

- Dangerous
- Normal
- Signature
- Signature or System

As permissões consideradas *dangerous* podem causar algum risco à privacidade do usuário ou ao funcionamento normal do dispositivo, por isso necessitam da validação do usuário. As *normal*, por não trazerem esses riscos, são concedidas automaticamente pelo sistema ao serem declaradas no manifesto.

Desde a versão 6.0 da plataforma android, a forma como as permissões são solicitadas foi alterada. Nas versões anteriores, qualquer permissão *dangerous* é solicitada antes da instalação, e caso a aplicação precise ser atualizada, as permissões são solicitadas novamente. Caso o usuário não conceda alguma permissão, a aplicação não é instalada nem atualizada. A partir da versão 6.0, as permissões *dangerous* são solicitadas em tempo de execução. Dessa forma, a aplicação pode ser instalada sem que o usuário tenha que conceder todos os privilégios solicitados. Assim, a permissão associada com a funcionalidade ativada é solicitada sempre que o usuário desejar utilizar a funcionalidade.

Existe também a possibilidade da própria aplicação definir permissões de acesso ao seus conteúdos. Para isso, utiliza-se a tag *permission*. Conforme foi visto na seção 2.1.4, o atributo *permission* pode ser utilizado para definir uma permissão de acesso ao conteúdo provido pelo componente. Dessa forma, pode-se notar que a aplicação definida no arquivo da figura 2 não só define uma permissão própria, como também protege seu content provider com essa mesma permissão, de acordo com as tags do trecho abaixo.

```
<permission android:name="br.ufpe.cin.avss.PERMISSAO_PODCAST"/>
...
<provider
    android:name="br.ufpe.cin.avss.db.PodcastProvider"
    android:authorities="br.ufpe.cin.avss.podcast.feed"
    android:permission="br.ufpe.cin.avss.PERMISSAO_PODCAST"
    android:enabled="true"
    android:exported="false" />
```

2.2 Sistemas de controle de versão

São sistemas que controlam o versionamento de um software durante o estágio de desenvolvimento. Com estes sistemas é possível saber qual o estado exato do código fonte em um determinado período do processo de produção, pois a cada alteração realizada o SCV armazena quais arquivos e quais linhas foram modificadas naquele momento, além de também informar quem realizou as alterações.

2.2.1 Git

É um sistema de controle de versão descentralizado livre e de código aberto [7], onde cada desenvolvedor tem uma cópia completa do histórico do repositório. A cada conjunto de alterações registrada um *snapshot* do projeto denominado *commit* é armazenado. O git utiliza uma estrutura de grafos para organizar os commits em diversas linhas de desenvolvimento, cada uma sendo denominada *branch* [8].

Abaixo estão listados alguns dos principais comandos git, juntamente com uma breve explicação de seu funcionamento.

- *git init* Inicializa um repositório a partir de um diretório local.
- *git clone* Copia um repositório remoto em um diretório local.
- *git pull* Recupera as mudanças remotas para o repositório local.
- *git add* Adiciona as mudanças locais num conjunto para que possam ser incluídas no próximo commit.
- *git commit* Cria um commit com as mudanças selecionadas pelo comando *git add*.
- *git push* Atualiza o repositório remoto com as mudanças locais.
- *git branch* Cria uma nova linha de desenvolvimento
- *git merge* Unifica duas linhas de desenvolvimento em um novo commit que é denominado *merge commit*

Para exemplificar o funcionamento de um merge commit, suponha o seguinte grafo de commits de um repositório representado pela figura 3.

Estando na branch master e executando o comando *git merge teste* cria-se o commit *E* na branch master e que unifica as modificações realizadas nas duas branches, resultando no grafo da figura 4.

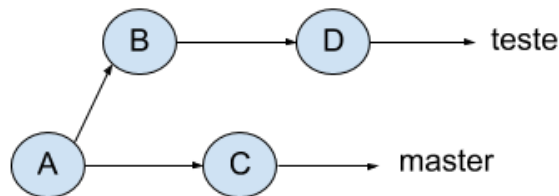


Figura 3: Grafo de commits com duas branches

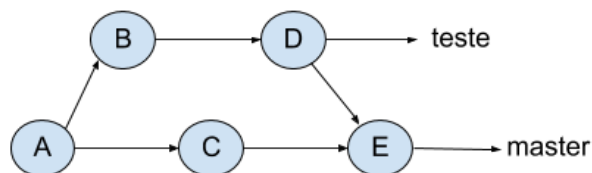


Figura 4: Grafo de commits após o merge commit 'E'.

2.3 Mineração de repositórios

A análise de software consiste em extrair dados para que gerentes e engenheiros de software possam melhorar o processo de desenvolvimento de software através do ganho e compartilhamento de ideias provenientes desses dados para uma melhor tomada de decisão [9]. Dessa forma, podemos definir como mineração de repositórios o processo de extração desses dados. Devido ao tamanho e a quantidade de repositórios utilizados durante seus estudos, pesquisadores têm utilizado ferramentas de mineração para automatizar esse processo.

Na próxima seção apresentamos uma ferramenta utilizada para minerar repositórios, e que foi utilizada como base para a ferramenta desenvolvida neste trabalho.

2.3.1 RepoDriller

RepoDriller é um framework de mineração de repositórios feito em Java [2]. Com esta ferramenta é possível extrair dados não só dos commits realizados (como por exemplo autor e mensagem) mas também dos arquivos contidos no repositório.

Para escrever um programa que minere um dado repositório, é preciso implementar a interface *Study* e no método *execute* criar um objeto de estudo (uma instância da classe *RepositoryMining*) utilizando o padrão builder e informando além do repositório a ser minerado, as implementações da interface *CommitVisitor*. Essa interface define o método *process* que é chamado pela API interna do RepoDriller a cada commit visitado.

O método *process* recebe como parâmetros *SCMRepository*, *Commit* e *PersistenceMechanism*. O primeiro é um objeto representando o repositório estudado, podendo ser Git ou SVN. O segundo é uma representação do commit sendo visitado. E o terceiro é um objeto para tratar a persistência dos dados minerados ao longo dos vários commits visitados.

Ainda no objeto *RepositoryMining*, definimos o mecanismo de persistência a ser passado para cada visitor. Em geral, escolhe-se um arquivo CSV.

```
new RepositoryMining()  
    .in(GitRepository.singleProject(PROJECT_PATH))  
    .through(Commits.all())  
    .process(new Q1Visitor(), new CSVFile(Q1Visitor.FILE_NAME))  
    .process(new Q2Visitor(), new CSVFile(Q2Visitor.FILE_NAME))  
    .process(new Q4Visitor(), new CSVFile(Q4Visitor.FILE_NAME))  
    .process(new Q5Visitor(), new CSVFile(Q5Visitor.FILE_NAME))  
    .mine();
```

Figura 5: Exemplo de inicialização de repositório com o objeto RepositoryMining.

3 AndroidDriller

Neste capítulo apresentamos a ferramenta desenvolvida ao longo deste trabalho. Na seção 3.1 descrevemos o processo geral do que foi desenvolvido. Na seção 3.2 detalhamos cada classe implementada. Em seguida, na seção 3.3 comentamos sobre os repositórios escolhidos para validar e testar a implementação. Por fim, nas seções 3.4 e 3.5 explicamos um experimento onde foram extraídos dados de repositórios Android com o AndroidDriller e os resultados obtidos, respectivamente.

3.1 Metodologia

Foi criada uma ferramenta Java que faz uso da API provida pelo RepoDriller para percorrer os commits do repositório. Neste projeto foram implementadas as classes capazes de colher dados sobre os componentes específicos de Android e geração de relatórios em arquivos CSV. Para visualização dos dados, foi implementado um programa na linguagem Python capaz de produzir gráficos a partir dos arquivos CSV gerados pela ferramenta. Este fluxo pode ser descrito pela figura 6.

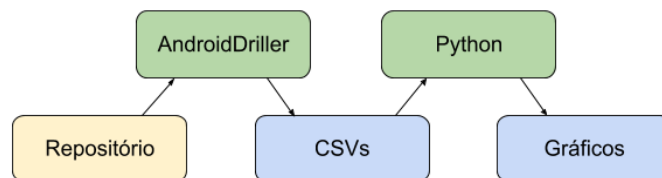


Figura 6: Fluxo dos dados de um repositório até os gráficos gerados.

3.2 Implementação

Como visto anteriormente, para minerar um dado repositório, é preciso implementar uma interface provida pelo RepoDriller. Para que se pudesse utilizar a mesma implementação para os vários repositórios a serem minerados, foi criada a classe *RepoStudy*, que implementa a interface *Study*. Essa classe recebe a url do repositório a ser estudado e a partir disso inicializa o objeto *RepositoryMining* com o repositório a ser minerado e registra os visitors específicos de repositórios android que serão mais detalhados à frente.


```

new RepositoryMining()
    .in(GitRemoteRepository.singleProject(repositoryPath))
    .through(range)
    .collect(new CollectConfiguration().basicOnly().sourceCode().diffs())
    .process(new ActivityAndroidVisitor(repoName),
        new CSVFile(outputPath + "activityDriller.csv"))
    .process(new ServiceAndroidVisitor(repoName),
        new CSVFile(outputPath + "serviceDriller.csv"))
    .process(new BroadcastReceiverAndroidVisitor(repoName),
        new CSVFile(outputPath + "broadcastReceiverDriller.csv"))
    .process(new ContentProviderAndroidVisitor(repoName),
        new CSVFile(outputPath + "contentProviderDriller.csv"))
    .process(new PermissionAndroidVisitor(repoName),
        new CSVFile(outputPath + "permissionDriller.csv"))
    .process(new UsesPermissionAndroidVisitor(repoName),
        new CSVFile(outputPath + "usesPermissionDriller.csv"))
    .mine();

```

Figura 7:

Na versão 1.4 do RepoDriller, pode-se definir uma configuração de coleta, para evitar que dados desnecessários sejam carregados a cada commit. Para o nosso caso em que vamos focar em informações básicas do commit e nas modificações do arquivo de manifesto, foi acrescentada a linha `.collect(new CollectConfiguration().basicOnly().sourceCode().diffs())` como pode ser visto na figura 7.

3.3 Repositórios de Teste

No intuito de gerar um cenário pequeno, com poucos commits, mas que abrangesse os casos mais genéricos de commits que alterassem o manifesto de um aplicação, foi criado um repositório público no github apenas com 2 arquivos `AndroidManifest.xml` em diretórios diferentes. Neste repositório foram realizadas alterações nos dois arquivos e em branches separadas que foram posteriormente agregadas à main e deletadas.

Para validar a implementação descrita anteriormente, foram escolhidos 6 repositórios de código livre presentes no F-Droid [10], um catálogo de aplicações livre e de código aberto para a plataforma android. Juntamente com o repositório citado acima, foram listados 7 repositórios para formar uma base de testes.

Dessa forma foi possível avaliar os resultados obtidos diretamente com o histórico dos repositórios e também corrigir eventuais bugs ocorridos.

URL	commits	MB
https://github.com/dozingcat/AsciiCam	56	0.623
https://github.com/uberspot/2048-android	70	7.89
https://github.com/naman14/Timber	597	16.97
https://github.com/Telegram-FOSS-Team/Telegram-FOSS	704	125.25
https://github.com/jackpal/Android-Terminal-Emulator.git	1088	6.24
https://github.com/tejado/Authorizer.git	1304	153.63
https://github.com/betosousa/fooAndroidManifest.git	29	0.006

Tabela 1: Tabela de repositórios utilizados para validação, com quantidade total de commits e tamanho em MegaBytes.

3.4 Experimento

Para testar mais a fundo a aplicação implementada e também gerar dados para uma análise mais profunda, foram listados 1195 repositórios presentes no F-Droid [10], cujos endereços do código fonte apontavam para o github.

Alguns repositórios apresentaram falhas durante o experimento, 51 por não serem acessíveis (ou por exigirem credenciais para clonar ou por não mais existirem) e 6 por terem arquivos de diff muito grandes que provocaram a interrupção da execução da ferramenta, e por isso foram desconsiderados da análise final. Por fim, foram gerados 6 arquivos CSV para cada um dos 1138 repositórios minerados com sucesso, totalizando y commits visitados.

3.5 Resultados

Análise dos resultados obtidos

4 Conclusão

4.1 Trabalhos Relacionados

Em [3], [4], [5], etc. Foram feitos estudos tais que poderiam se aproveitar da ferramenta proposta.

Referências

- [1] C. Bird, P. C. Rigby, E. T. Barr, D. J. Hamilton, D. M. German, and P. Devanbu, “The promises and perils of mining git,” in *2009 6th IEEE International Working Conference on Mining Software Repositories*, pp. 1–10, May 2009.
- [2] “Repodriller.” <https://github.com/mauricioaniche/repodriller>.
- [3] P. Calciati and A. Gorla, “How do apps evolve in their permission requests?: A preliminary study,” in *Proceedings of the 14th International Conference on Mining Software Repositories, MSR ’17*, (Piscataway, NJ, USA), pp. 37–41, IEEE Press, 2017.
- [4] D. E. Krutz, N. Munaiah, A. Peruma, and M. W. Mkaouer, “Who added that permission to my app?: An analysis of developer permission changes in open source android apps,” in *Proceedings of the 4th International Conference on Mobile Software Engineering and Systems, MOBILESoft ’17*, (Piscataway, NJ, USA), pp. 165–169, IEEE Press, 2017.
- [5] Y. Lyu, J. Gui, M. Wan, and W. G. J. Halfond, “An empirical study of local database usage in android applications,” in *2017 IEEE International Conference on Software Maintenance and Evolution (ICSME)*, pp. 444–455, Sept 2017.
- [6] “The android source code.” <https://source.android.com/setup/>.
- [7] “Git.” <https://git-scm.com/>.
- [8] “Git handbook.” <https://guides.github.com/introduction/git-handbook/>.
- [9] T. Menzies and T. Zimmermann, “Software analytics: So what?,” *IEEE Software*, vol. 30, pp. 31–37, July 2013.
- [10] “F-droid.” <https://f-droid.org/en/>.
- [11] “Android developers.” <http://developer.android.com>.